

EIXO TEMÁTICO – AUDITORIA CONTÁBIL

SUB-EIXO – HISTÓRIA, CONCEITO, OBJETIVOS E CLASSIFICAÇÃO.

AULA 1

Docente - Prof. Sérgio Augusto Barbosa

Projeto:

Escola do Parlamento

Realização:

Câmara Municipal de Cotia



INSTITUTO DE GESTÃO MUNICIPAL

Cotia/SP – Julho/2022

Auditoria Contábil

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- Conceituar auditoria.
- Distinguir tipos e finalidade de auditoria.
- Reconhecer os procedimentos e papéis de trabalho de auditoria.
- Conhecer os procedimentos para a realização da auditoria das demonstrações contábeis
- Apresentar relatórios e pareceres de auditoria



Auditoria Contábil

A contabilidade registra e controla o patrimônio e suas variações com o fim de medir, avaliar e gerar informações sobre os bens, direitos e obrigações e os resultados obtidos pela gestão administrativa das entidades.

Sua metodologia consiste na organização e no registro, no sistema de informações e de controles internos, de todos os documentos que suportam e comprovam as diversas transações econômicas realizadas pela entidade.

Essa ação permite o controle em qualquer etapa do processo operacional e, ao mesmo tempo, a geração de informações legais, fiscais e outras necessárias a organização.

Para se verificar a eficiência e eficácia do controle contábil; a economia no uso dos recursos físicos, materiais, humanos e financeiros; a postura ética dos gestores; a equidade na execução dos procedimentos de gestão; a aplicação dos princípios e normas contábeis no registro das transações, entre outras, aplicamos a técnica contábil denominada auditoria.

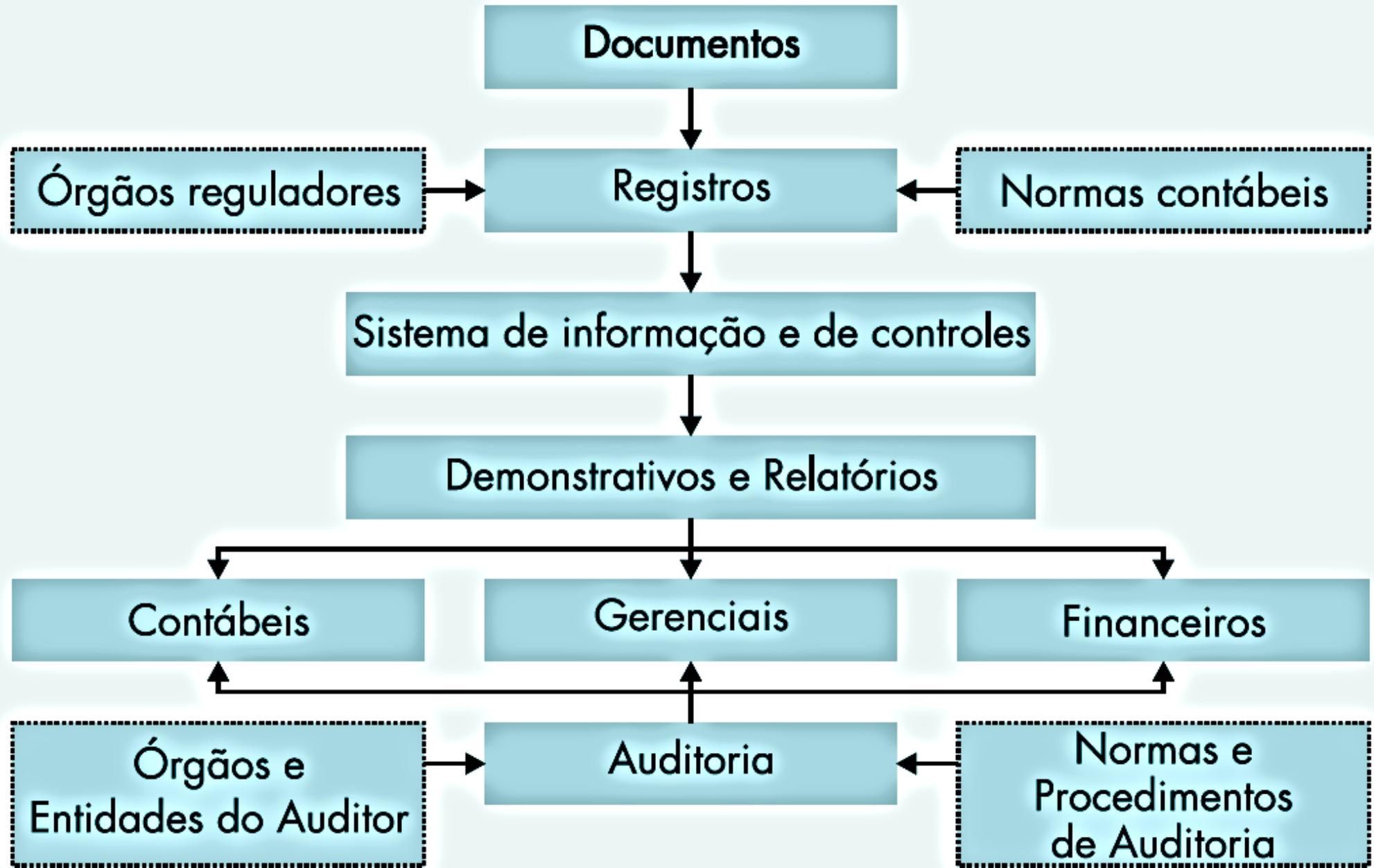


Auditoria Contábil

Eficácia significa fazer o que é certo para que a entidade possa alcançar seus objetivos.

Eficiência significa fazer bem com os recursos que a entidade possui, sem desperdícios.





Auditoria Contábil

Auditoria: conceito

Etimologicamente, o termo auditoria origina-se do latim *audire*, “ouvir”. Inicialmente foi considerado como o conjunto de procedimentos técnicos para a revisão dos registros contábeis. Hoje, e visto como uma ação imparcial e independente de comparação entre o fato concreto e o pré-estabelecido, para que uma pessoa (auditor) possa expressar uma opinião por meio dos relatórios de auditoria (ARAUJO, 2001, p. 13).

No sentido lato, auditoria e o processo de confrontação entre uma situação encontrada e um determinado critério, ou, em outras palavras, e a comparação entre o fato ocorrido e o que deveria ocorrer (JUND, 2003).

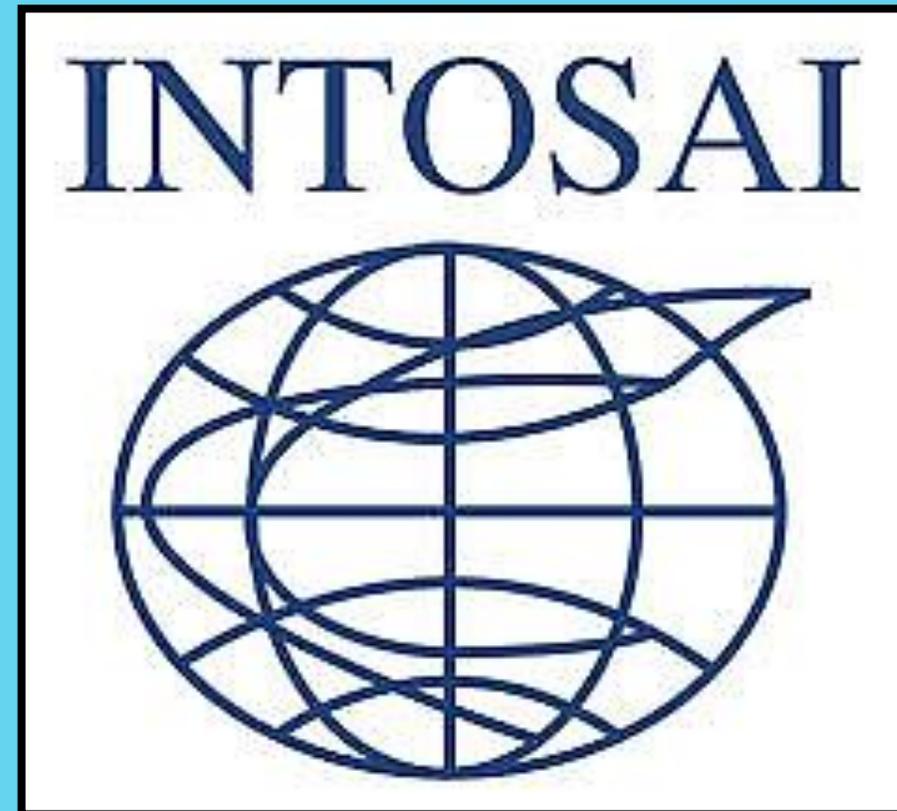
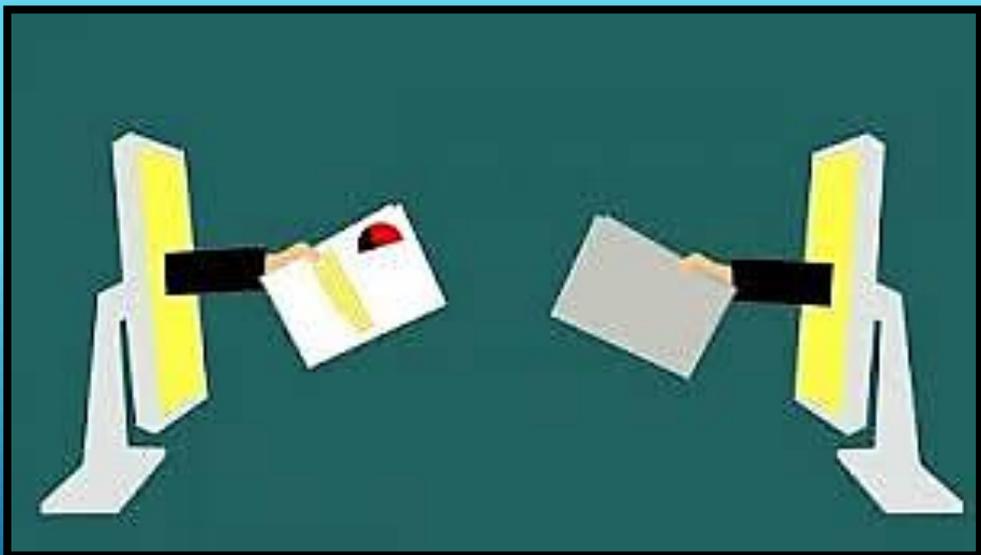
Pode-se afirmar também que, nessa acepção, auditoria significa um conjunto de procedimentos técnicos aplicados de forma independente sobre uma relação que envolve a obrigação de responder por uma responsabilidade (*accountability*) conferida, objetivando emitir um informe de como essa obrigação esta sendo cumprida.

Ou seja, faz-se auditoria para verificar se os relatórios e informações decorrentes dessa relação são adequados e justos. Portanto a auditoria e a verificação de como a *accountability* esta sendo cumprida na pratica (FERREIRA, 2004).



Auditoria Contábil

Segundo a Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores – INTOSAI (1995), a auditoria “é o exame das operações, atividades e sistemas de determinada entidade, com vistas a verificar se são executados ou funcionam em **conformidade** com determinados objetivos, orçamentos, regras e normas”.



INTOSAI é um órgão da ONU, com sede em Viena, Áustria, cujo **objetivo** é incentivar intercâmbios de idéias e experiências entre as instituições superiores de controle de finanças públicas.

Auditoria Contábil



Os exames de auditoria **obedecem** as normas de auditoria e incluem procedimentos de comprovação dos fatos em estudo.

Esses exames **devem** ser feitos de forma crítica (valer-se de todos os meios de provas para apurar a veracidade dos registros contábeis), por profissional com conhecimento técnico, prático e de ilibada reputação.

Auditoria Contábil

Objetivos da auditoria

Segundo Franco (2001), auditoria é a técnica contábil que, por meio de procedimentos específicos, busca obter elementos de convicção que permitem julgar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os Princípios Contábeis geralmente aceitos e se as Demonstrações Contábeis deles decorrentes refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período examinado e as demais situações nelas demonstradas.

Os procedimentos da auditoria são os seguintes:

- ✓ exame de registros e documentos;
- ✓ inspeções físicas *in loco* e obtenção de informações, e;
- ✓ confirmações sobre o controle interno do patrimônio de uma entidade.



Auditoria Contábil

Em linhas gerais, podemos dizer que o objetivo da auditoria é **verificar** a veracidade das demonstrações contábeis.

Para isso, o auditor usa critérios e procedimentos que possam **provar** a efetividade dos valores apresentados e, ao mesmo tempo, executa procedimentos para certificar-se de que não faltam nos demonstrativos valores ou fatos realizados pela entidade que esta sendo auditada.



Auditoria Contábil

Para Franco e Marra (2021, p. 33) a auditoria contribui para que se atinjam os seguintes fins:

ADMINISTRATIVO	<u>Reduzir</u> a ineficiência, negligência, incapacidade e improbidade dos funcionários.
PATRIMONIAL	<u>Proporcionar</u> maior controle dos bens, direitos e das obrigações.
FISCAL	<u>Possibilitar</u> à entidade cumprir com as obrigações fiscais, evitando multas para a empresa, penalidades para o proprietário e sonegação de imposto para o fisco.
TÉCNICO	<u>Possibilitar</u> ao serviço contábil mais eficiência, mais precisão nas informações, nos registros contábeis e nas demonstrações elaborados de acordo com as normas e princípios da contabilidade.
FINANCEIRO	<u>Garantir</u> que terceiros tenham seus direitos resguardados contra possíveis fraudes e dilapidações patrimoniais.
ECONÔMICO	<u>Validar</u> os resultados apurados, defendendo assim os interesses dos investidores e dos proprietários das entidades.
ÉTICO	<u>Examinar</u> a moralidade do ato praticado, apesar de esse ato ter sido registrado mediante documento idôneo que comprovou o fato.
SOCIAL	<u>Informar</u> o grau de evolução e solidez da economia nacional. Também assegura a garantia de empregos.

Auditoria Contábil

Desenvolvimento histórico da auditoria

O aparecimento das grandes empresas, aliado ao desenvolvimento do mercado de capitais e ao desenvolvimento econômico, propiciou a participação acionária de investidores na formação do capital de diversas empresas.

Os proprietários e investidores dessas empresas sentiam necessidade de obter informações e confirmações sobre a situação financeira, econômica e patrimonial de suas entidades.

Desejavam saber se os valores que estavam sendo divulgados nas demonstrações contábeis eram verdadeiros, se os administradores estavam cumprindo as metas estabelecidas, se seu capital estava sendo aplicado de forma lícita e se poderiam ter o retorno do capital investido.

Essa necessidade informacional culminou com o aparecimento de um profissional, não ligado aos negócios, que emitia opinião sobre a qualidade e precisão das informações prestadas.

Esse profissional deu origem a técnica contábil denominada Auditoria.



Auditoria Contábil



Para Attie (2018, p. 27-28), a auditoria surgiu inicialmente na Inglaterra, por possuir grandes empreendimentos comerciais e por ter sido a primeira a instituir a taxaço do imposto de renda, baseado nos lucros das empresas.

Contudo esse autor destaca que não se tem conhecimento preciso sobre a data de inicio da atividade de auditoria.

Não obstante, ele apresenta alguns eventos importantes que marcaram a evoluço da auditoria no mundo.

Auditoria Contábil

NO MUNDO	
ANO	FATO
1314	Houve a <u>criação</u> do cargo de Auditor do Tesouro na Inglaterra.
1559	Houve a <u>sistematização</u> e <u>implementação</u> da auditoria dos pagamentos a servidores públicos pela Rainha Elizabeth I.
1880	Houve a <u>criação</u> da Associação dos Contadores Públicos Certificados, na Inglaterra.
1886	Houve a <u>criação</u> da Associação dos Contadores Públicos Certificados (AICPA), nos Estados Unidos.
1894	Houve a <u>criação</u> do Instituto Holandês de Contadores Públicos.
1934	Houve a <u>criação</u> do Security and Exchange Commission (SEC), nos Estados Unidos, obrigando a realização da auditoria pelas companhias que transacionavam ações na Bolsa de Valores. Essa obrigatoriedade visava dar maior fidedignidade as demonstrações contábeis dessas empresas.

Auditoria Contábil

No Brasil, a auditoria esta primeiramente vinculada a instalação de multinacionais em território brasileiro.

Estas deviam ter seus demonstrativos contábeis auditados.

Como consequência, empresas internacionais de auditoria independente são constituídas no Brasil.

Segundo Attie (2018, p. 29-30), o desenvolvimento da auditoria no Brasil aconteceu devido aos seguintes fatores.



Auditoria Contábil

NO BRASIL	
ANO	FATO
S/D	Instalação de filiais e subsidiárias de firmas estrangeiras.
S/D	Financiamento de empresas brasileiras pelas entidades internacionais.
S/D	Crescimento das empresas brasileiras e necessidade de descentralização e diversificação de suas atividades econômicas.
S/D	Evolução do mercado de capitais.
1972	Criação de normas de auditoria promulgadas pelo Banco Central do Brasil.
1976	Criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pela Lei n. 6.385 em 7/9/76. Essa lei estabeleceu a disciplina e fiscalização para as atividades de auditoria das companhias abertas, dando poder a CVM para examinar os registros contábeis, livros ou documentos dos auditores independentes. Determinou que somente as empresas de auditoria ou auditores independentes registrados na CVM poderiam fazer auditoria. Também fixou a responsabilidade civil dos auditores pelos prejuízos que causarem a terceiros em virtude de culpa ou dolo no exercício de suas funções.
1976	Criação da Lei das Sociedades Anônimas, determinando que as companhias abertas, além de terem de obedecer às normas da CVM, serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na CVM.

Auditoria Contábil



Com o desenvolvimento econômico, globalização e complexidade das transações econômicas, a técnica de auditoria expandiu-se para as áreas de custos, finanças, economia, organização e métodos, processamento de dados, legislação fiscal e comercial, entre outras.

Auditoria Contábil

Passos para realizar a auditoria

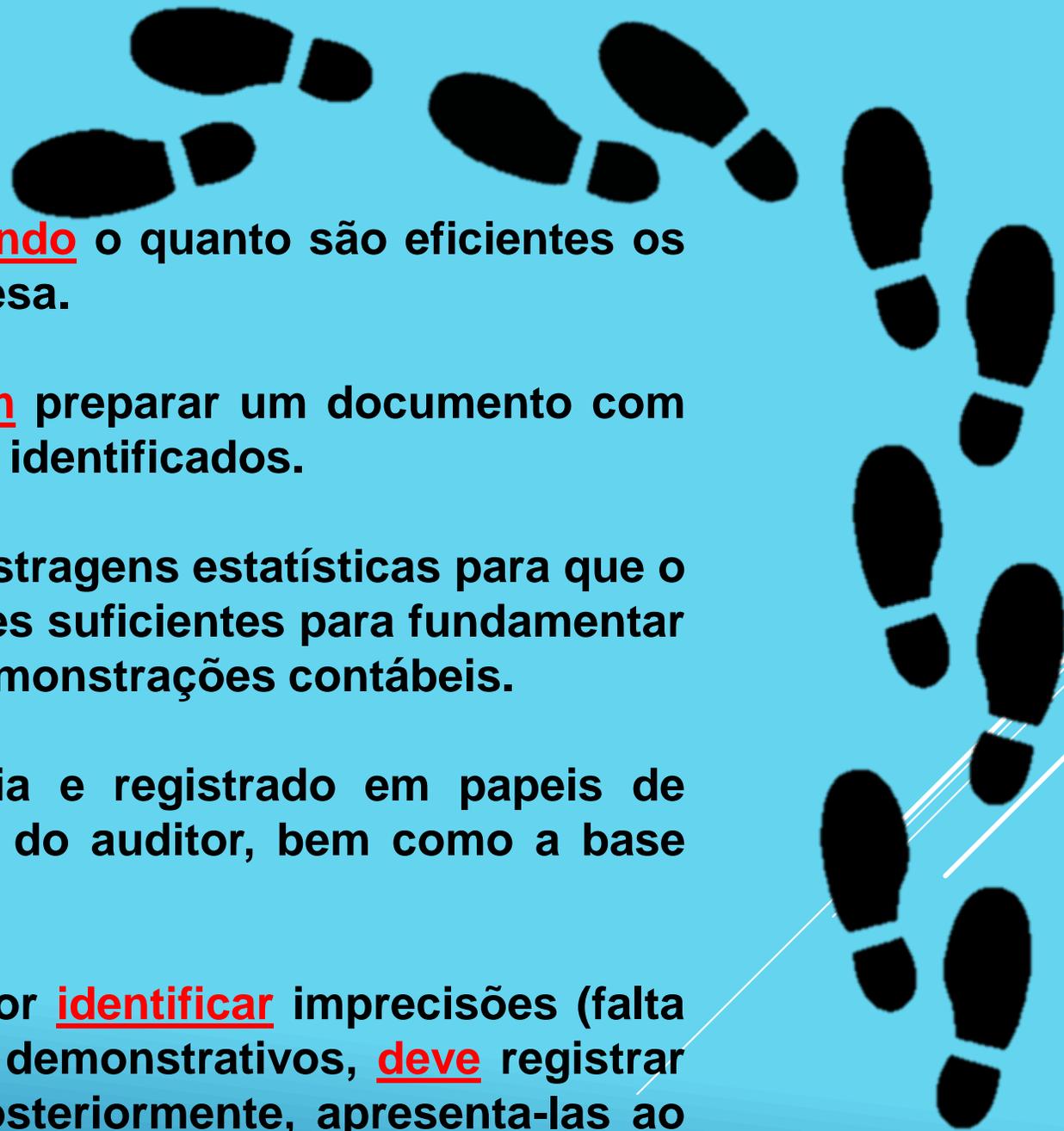
Os auditores iniciam seus trabalhos verificando o quanto são eficientes os procedimentos e controles internos da empresa.

Se identificarem que são ineficientes, devem preparar um documento com recomendações de melhorias para os pontos identificados.

Em seguida, fazem-se testes seletivos e amostragens estatísticas para que o auditor possa ter informações e evidenciações suficientes para fundamentar sua opinião sobre o que está descrito nas demonstrações contábeis.

Todo o processo de execução da auditoria é registrado em papéis de trabalho, que serão os elementos de prova do auditor, bem como a base para a emissão de seu parecer.

Durante a execução de auditoria, se o auditor identificar imprecisões (falta de registros ou registros inadequados) nos demonstrativos, deve registrar em seus papéis sua origem e o valor e, posteriormente, apresentá-las ao gestor da empresa.



Auditoria Contábil



Auditoria Contábil

1ª. etapa: Fase inicial da auditoria.

Nessa fase ocorre a solicitação, por parte da empresa interessada, dos serviços de auditoria.

O auditor, antes de aceitar o pedido, deverá visitar a empresa para conhecer o estilo administrativo (autocrático, paternalista, apoiador ou cooperativo), os procedimentos administrativos, o sistema contábil, o organograma e o fluxograma, a estrutura física, os controles internos existentes, o numero de funcionários, o volume de vendas, as funções e responsabilidades das pessoas, os documentos a serem examinados, a disponibilidade de acesso a esses documentos, etc.

Com base nessas informações, o auditor deverá apresentar um documento (carta-proposta) com o volume de horas necessárias para a realização do serviço, bem como seus honorários.

Realizado o acerto entre as partes, redige-se um contrato que especifica os direitos e os deveres das partes.



Auditoria Contábil

2a etapa: Fase de execução da auditoria

Essa fase se subdivide em cinco etapas: plano de trabalho; avaliação do controle interno; testes de procedimentos de controles internos; seleção e execução dos procedimentos de auditoria e obtenção de evidências.

Plano de trabalho: e um documento que especifica cada tarefa a ser realizada, o momento da realização (antes e após o encerramento do exercício social), os procedimentos para a sua concretização, quem irá executar a atividade e em que nível de detalhe.

Avaliação do controle interno: significa conhecer o desenvolvimento das atividades realizadas pela empresa, bem como a credibilidade de seus controles.

Testes de procedimentos de controle internos: são realizados para verificar se os dados obtidos na avaliação do controle interno são verdadeiros, se ainda estão vigorando e se as transações semelhantes tem os mesmos procedimentos e registros.

Seleção e execução dos procedimentos de auditoria: se foi identificado que os controles internos são eficientes, seleciona-se o tipo de procedimento a ser aplicado e a quantidade de fatos a serem examinados. Em seguida, executam-se os procedimentos de auditoria com o objetivo de obter provas, de fontes externas e internas, sobre o que esta evidenciado nos demonstrativos contábeis.

Obtenção de evidências: os dados obtidos devem ser registrados em papeis de trabalho de forma clara e objetiva

Auditoria Contábil

3ª. etapa: Fase da conclusão da auditoria

Nessa fase, o auditor deve avaliar as evidências obtidas e validar os dados submetidos a julgamento.

Em seguida, deve elaborar o parecer e os relatórios de auditoria.



Auditoria Contábil

Limitações da auditoria

A auditoria é essencial para que se faça o controle da gestão administrativa.

Contudo não devemos imaginar que a sua existência torna a entidade isenta de erros e fraudes na escrituração ou na execução dos atos de gestão administrativa, ela apenas reduz essa possibilidade.

Para alcançar total eficiência, seria necessário fazer a revisão de todos os registros da empresa e fiscalizar todos os atos dos funcionários e gestores.

Isso é impraticável devido a complexidade e ao volume de transações que as entidades realizam.

Esses fatores fazem com que a auditoria seja realizada por meio de provas seletivas, testes e amostragem, cabendo ao auditor, com base no controle interno e em outros elementos de que dispõe, determinar a quantidade de transações a serem examinadas.

Mesmo a revisão integral dos registros não impede a existência de fraudes, pois estas podem decorrer de fatos não contabilizados (ATTIE, 2018, p. 31).

Auditoria Contábil

Outro fator a ser destacado é que o auditor não tem conhecimento de todas as transações efetivamente executadas pela direção, seu conhecimento é limitado a aquele adquirido por meio de seus exames.

Para concluir este conteúdo, é importante ficar claro que a auditoria não tem a função específica de identificar fraudes e outras irregularidades.

Entretanto, no caso de descoberta de irregularidades, o auditor deve verificar sua relevância, seus efeitos sobre o patrimônio e informar a administração da empresa auditada de forma sigilosa e confidencial.



Auditoria Contábil

Classificação da auditoria



Araújo (2001, p. 19) relata que todo conhecimento, para ser bem estudado, deve ser classificado.

Como a auditoria é uma atividade totalmente sistemática, torna-se necessário fazer a sua classificação.

Contudo não existe uma classificação uniforme para essa técnica.

Por isso, na literatura, há vários tipos de auditoria, como por exemplo: administrativa; ambiental; de resultados; analítica; de sistemas informatizados; da qualidade; financeira; fiscal; de eficácia; de eficiência; de desempenho; operacional; de gestão; orçamental; de prestação de contas; contábil, etc.

Auditoria Contábil

Classificação da auditoria

Com vistas a subsidiar o entendimento dos tipos de auditoria, serão abordadas as seguintes classificações, apresentadas por Jund (2003).

Quanto ao campo de atuação	Governamental
	Privada
Quanto à forma de realização	Interna
	Externa
Quanto ao objetivo do trabalho	Contábil ou Financeira
	Operacional ou de Otimização de Recursos

Auditoria Contábil

Auditoria governamental

A auditoria governamental **atua** diretamente sobre a administração do patrimônio público.

Esta relacionada com o acompanhamento das ações empreendidas pelos órgãos e entidades que compõem **a administração direta e indireta** dos Estados.

Normalmente é **realizada** por Entidades Superiores de Fiscalização, sob a forma de **Tribunais de Contas ou Controladorias** e Organismos de controle Interno da Administração pública (ARAUJO, 2001, p. 20).



Nesse sentido, Jund (2003, p. 112), em seus comentários a Instrução Normativa n. 1/2001, da Secretaria Federal de Controle, **defende** que a auditoria governamental consiste no **conjunto de técnicas** que visa a **avaliar** a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito público e privado, mediante a **confrontação** encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou legal.

A auditoria governamental tem como **objetivo** garantir os resultados operacionais na gerência da coisa pública: “essa auditoria é exercida nos meandros da máquina pública em todas as unidades e entidades públicas federais, observando os aspectos relevantes relacionados a avaliação dos programas de governo e da gestão pública”.



Auditoria Contábil

Auditoria Governamental

Na visão de Ferreira (2004, p. 29), a finalidade básica da auditoria governamental é uma atuação efetiva na validação dos gastos públicos.

Essa auditoria ira comprovar a legalidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados em diversos aspectos do governo.

Eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentaria, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística das unidades e das entidades da administração pública, em todas as suas esferas de governo e níveis de poder, bem como a aplicação de recursos públicos por entidade de direito privado, quando legalmente autorizadas nesse sentido: todos esses aspectos são avaliados no momento de uma auditoria governamental.



Auditoria Contábil

Auditoria privada

A auditoria privada é toda aquela cujo campo de atuação se dá no âmbito da iniciativa particular, que objetiva o lucro (ARAÚJO, 2001, p. 20).

Seu objeto difere da auditoria governamental.

Essa diferença pode ser verificada pelo conceito dado por Attie (2018, p. 25), em que: “a auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

Seu campo de atuação é definido pelo seu objetivo, o qual visa expressar uma opinião sobre a propriedade das demonstrações financeiras e assegurar que elas representem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado de suas operações e as origens e aplicações de recursos correspondentes aos períodos em exame, de acordo com os princípios de contabilidade aplicados em determinado período.



Auditoria Contábil

Auditoria interna

E realizada por profissionais empregados da própria entidade, portanto, parcialmente independente.

Além das informações contábeis e financeiras, a auditoria interna se preocupa também com os aspectos operacionais.

Normalmente se reporta a presidência da organização, funcionando como um órgão de assessoramento (ARAUJO, 2001, p. 20).

Do exposto, pode-se inferir que ela não se limita aos aspectos contábeis e, por isso, deve ser realizada por uma equipe interdisciplinar.



Auditoria Contábil

Auditoria externa

E a auditoria realizada por empresas de auditoria ou por profissionais independentes e externos a empresa auditada.

Tem por objetivo emitir parecer sobre as contas e a situação financeira, a regularidade e a legalidade das operações e a adequação das demonstrações contábeis, conforme os Princípios Fundamentais de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação específica, no que for pertinente (ARAUJO, 2001, p. 20).

No Brasil, a auditoria externa esta regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Pela Lei das Sociedades Anônimas, as demonstrações contábeis das companhias abertas devem ser auditadas por auditores independentes ou externos registrados na CVM (Art. 177 da Lei n. 6.404/76).



Auditoria Contábil

As empresas que estão **obrigadas** a realizar a auditoria externa são:

- ✓ Bancos comerciais;
- ✓ Bancos de Investimento;
- ✓ Fundos de Investimento em Condomínio;
- ✓ Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários.

Todas as entidades financeiras **sujeitas a fiscalização** do Banco Central do Brasil:

- Bolsas de Valores e Sociedades Seguradoras.

Empresas **beneficiárias** de incentivos fiscais (Sudene, Sedan, etc.).

Companhias Abertas e as que emitem títulos negociáveis no:

- Mercado de Capitais;
- Operadoras de Consorcio;
- Operadoras de Plano de Assistência a Saúde;
- Empresas de Leasing ou Arrendamento Mercantil.

Entidades da Previdência Privada (**abertas e fechadas**) e Empresas que operem com recursos do Sistema Financeiro da Habitação.



Auditoria Contábil

Auditoria interna versus Auditoria externa

A auditoria interna utiliza os mesmos procedimentos da auditoria externa, apresenta sugestões para as deficiências identificadas e seus exames dependem da eficiência dos sistemas contábeis e de controle interno.

Contudo apresentam algumas diferenças.



Auditoria Contábil

Elementos de diferença	AUDITORIA INTERNA	AUDITORIA EXTERNA
1. Quem faz a auditoria	É um funcionário da empresa	É um profissional independente.
2. Periodicidade	O exame é contínuo	O exame é periódico, geralmente trimestral ou anual.
3. Objetivo	Atender à administração, para que ela possa cumprir, aprimorar ou criar normas internas. Não se limita a examinar os assuntos financeiros	Atender a terceiros, verificando se as informações financeiras estão corretas.
4. Atividades que realiza	Avalia a eficácia dos controles contábeis operacionais e financeiros; verifica se as normas internas e a legislação própria da atividade da entidade estão sendo cumpridas: "COMPLIANCE"; verifica a qualidade das tarefas executadas e as responsabilidades : "ACCOUNTABILITY".	Emite opinião sobre as demonstrações financeiras.
5. Responsabilidade do auditor	Responsabilidade trabalhista	Responsabilidade civil e criminal
6. Volume de procedimentos executados	Realiza maior volume de testes.	Realizar menor volume de testes.

Auditoria Contábil

A auditoria interna não elimina a necessidade de se realizar a auditoria externa. Elas se complementam e beneficiam a empresa com a redução de custos, evitam trabalhos em duplicidade, possibilitam a troca de informações, etc.



Auditoria Contábil

Auditoria contábil

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução n. 820/97, que aprova as normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, **declara** que a auditoria independente constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo **emitir** parecer sobre a sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e no que **for** pertinente a legislação específica.

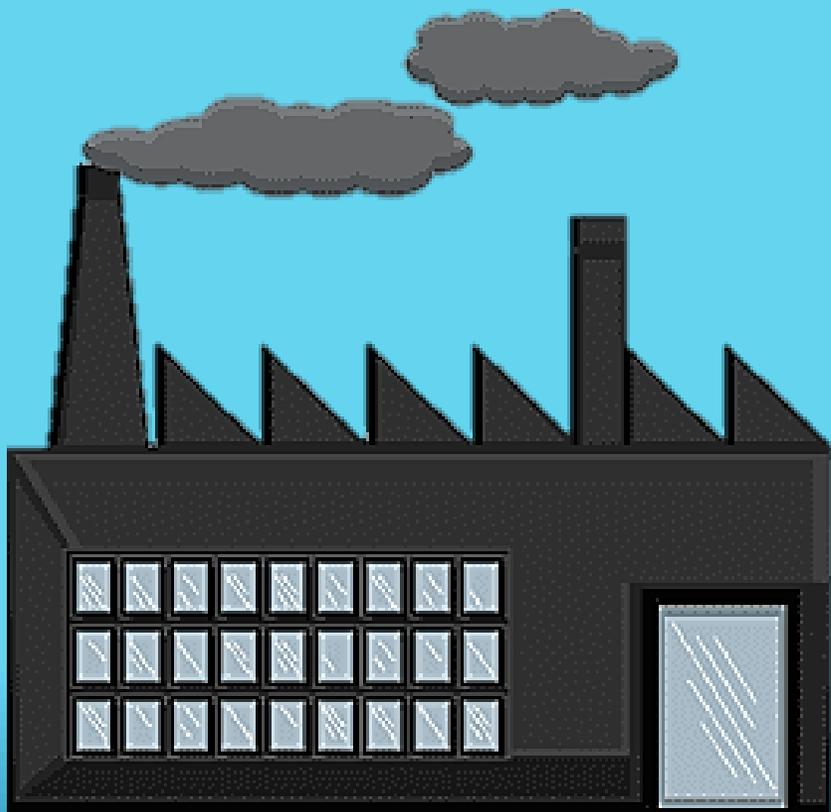


Auditoria Contábil

Auditoria operacional

A auditoria operacional surgiu da necessidade de se melhorarem os informes apresentados pelos auditores no que se refere aos resultados da gestão privada e pública.

Araújo (2001, p. 23-53) a define como um conjunto de procedimentos auditorias que são aplicados com o fim de se avaliar o desempenho e a eficácia das operações, dos sistemas de informações e de organização, dos métodos de administração; examinar a propriedade e o cumprimento das políticas administrativas da entidade auditada, além de analisar a adequação e a oportunidade das decisões estratégicas.



Auditoria Contábil



Auditoria operacional versus Auditoria contábil

A auditoria operacional utiliza os mesmos procedimentos da auditoria contábil para fazer os exames nos controles operacionais e de gestão da entidade auditada.

Contudo essas auditorias apresentam algumas diferenças.



ELEMENTOS DE DIFERENÇA	AUDITORIA OPERACIONAL	AUDITORIA CONTÁBIL
1. Escopo dos Exames	Ampla ou abrangente	Demonstrações Contábeis
2. Área examinada	Todas as relevantes	Financeiras relevantes
3. Realização do planejamento	Concentrada no campo	Concentrada no escritório
4. Modificação dos programas	Constantemente	Raramente
5. Concurso de especialidades	Normalmente	Raramente
6. Questionários de avaliação	Raramente	Normalmente
7. Utilização de entrevistas	Normalmente	Algumas vezes
8. Procedimentos adotados	Alguns definidos e outras a serem definidas	Completamente definidos
9. Critérios	Alguns definidos e outras a serem definidas	Completamente definidos
10. Conhecimentos e habilidades	Especiais	Específicos da área
11. Quantidade de pessoal	Varia muito	Não varia
12. Fontes de evidências	Diversas	Registros e documentos
13. Relatórios produzidos	Não tem modelo padronizado	Modelo padronizado denominado "Parecer"
14. Conteúdo do relatório	Comentários	Opinião
15. Normas adotadas	Adora algumas normas da auditoria contábil	Definidas pelos órgãos de classe
16. Periodicidade dos trabalhos	Oportunidade definida em parceria com a administração	Anuais, conforme a data de elaboração das Demonstrações contábeis
17. Prazos de realização	Normalmente são longas	Normalmente são curtos
18. Áreas auditadas	Diversas	Financeira
19. Enfoque dos exames	Passado, presente e futuro	Passado

Auditoria Contábil

Sintetizando....

Vimos que a auditoria pode ser classificada em governamental (auditoria feita na administração direta e indireta dos entes federados) e privada (auditoria feita nas entidades que almejam lucro) quanto ao campo de sua atuação.

Também pode ser classificada em interna (feita por funcionário da empresa) e externa (feita por profissional que não é empregado da empresa auditada) quando se refere ao profissional que a está realizando.

Quanto ao objetivo do trabalho, pode ser classificada em contábil (emite opinião sobre a adequação das demonstrações contábeis) e operacional (avalia o desempenho, a eficácia, a eficiência e economicidade das políticas e decisões administrativas).



Auditoria Contábil



Auditoria Contábil

Referencias Bibliográficas

ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. São Paulo: Atlas, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES. Curso básico de auditoria: normas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2018.

MAUTZ, R. K. Princípios de auditoria. São Paulo: Atlas, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade. CFC: Brasília, 2021.

_____. Resolução n. 750, de 29/12/93. Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

_____. Resolução n. 821, de 17/12/97. Revoga a Resolução n. 701, de 24/4/91, e revoga a Resolução n. 321 de 14/4/72, alterada pela Resolução n. 965 de 16/05/03, que dispõe sobre as Normas Profissionais do Auditor Independente.

_____. Resolução n. 781, de 24/3/95. Dispõe sobre as Normas Profissionais do Auditor Interno.

_____. Resolução n. 820, de 17/12/97, e Resolução n. 953, de 03/02/03. Dispõem sobre as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis.

COOK, J. W.; GARY, M. W. Auditoria: filosofia e técnica. São Paulo: Saraiva, 2019.

SOUZA, B. F. de; PEREIRA, A. C. Auditoria contábil: abordagem pratica operacional. São Paulo: Dos Autores, 2017.